

EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DO SISTEMA ECONÔMICO

Análise de narrativas culturais contemporâneas

*SOCIO-ENVIRONMENTAL EFFECTS
OF THE ECONOMIC SYSTEM
Analysis of contemporary cultural narratives*

Cibele Figueira¹ e Paulo Reyes²

Resumo

Há uma paisagem urbana crescente nas cidades, não visível em seu skyline, mas evidente nos espaços públicos e privados, que reflete as operações de um sistema em colapso e de exploração máxima do ambiente natural. A segregação, antes percebida como espacial — seja pela localização ou pela baixa qualidade dos investimentos, especialmente em habitação — manifesta-se nos corpos de cidadãos que habitam praças e ruas, expondo a crise urbana e o esgotamento ambiental. O desenvolvimento urbano tornou-se refém do sistema financeiro, e seu impacto sobre o território se traduz no aumento da desigualdade socioambiental. Esse é o mesmo movimento que permeia distintas áreas, onde as necessidades reais são subjugadas à lógica do crescimento a qualquer custo. Exploramos esse problema, a partir da análise de narrativas em produções audiovisuais que retratam o modelo econômico vigente, o artigo revisa as lógicas sistematizadas que afetam o meio ambiente e a sociedade.

Palavras-chave: sistema econômico, desenvolvimento urbano, crise, desigualdade.

Abstract

There is an urban landscape growing in cities, not visible on their horizon, but evident in public and private spaces, which reflects the functioning of a system in collapse and maximum exploitation of the natural environment.

Segregation, previously perceived as spatial — due to the location or low quality of investments, especially in housing — manifests itself in the bodies of citizens who inhabit squares and streets, exposing the urban crisis and environmental exhaustion.

Urban development revolves around the financial system and its impact on territory translates into increased socio-environmental inequality. This is the same movement that permeates different areas, where real needs are subjugated to the logic of growth at any cost. We explore this problem, based on the analysis of narratives in audiovisual productions that portray the current economic model, or through articles reviewing the systematized logics that affect the environment and society.

Keywords: economic system, urban development, crisis, inequality.

¹ Pós-Doutorado em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS). Doutorado em Arquitetura (UPC-Barcelona). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UniRitter). Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola Politécnica da PUCRS. Professora de cursos Lato-sensu das Escolas Politécnica, de Humanidades, de Saúde e de Negócios da PUCRS. Coordenadora da Especialização Cidades Sustentáveis e Inteligentes (PUCRS). Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq Cidade, Projeto e Gestão. E-mail: cibele.figueira@pucrs.br

² Pós-Doutorado em Filosofia (UNL com Bolsa CAPES PRINT). Doutorado em Ciências da Comunicação (UNISINOS e UAB). Mestrado em Planejamento Urbano (UnB). Especialização em Design Estratégico (UNISINOS). Graduada em Arquitetura (UniRitter). Professor Associado da Faculdade de Arquitetura da UFRGS no departamento de Urbanismo. Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR UFRGS). Coordenador do Grupo de Pesquisa POIESE - Laboratório de Política e Estética Urbanas. E-mail: paulo.reyes@ufrgs.br

Introdução

Lucro a qualquer custo! Este parece ser o mantra de um sistema que se consagrou no século 21 como sendo a única alternativa possível dentro de regimes democráticos, estimulando o desenvolvimento tecnológico impulsionado pela competitividade, entendida neste caso, como livre mercado. Essa consagração e liberdade capital têm consequências diretas no mundo contemporâneo, e é preciso entendê-las em suas dimensões, nuances e complexidades, principalmente no que tange à exploração ambiental para além de seus limites.

A ascensão do sistema capitalista coincide com outro fenômeno: a globalização. Por um lado, traz consigo diversos elementos sedutores, como intercâmbio cultural, flexibilização de fronteiras, conectividade, cosmopolitismo, entre outros; por outro lado, produz acidentes climáticos extremos devido à exploração desproporcional do ambiente natural.

Dentro desse panorama, agentes importantes do sistema abriram-se ao mercado transnacional, especialmente a partir de tratados realizados no final dos anos 1970, permitindo que os investimentos ultrapassassem fronteiras e tornando o globo um território suscetível ao desenvolvimento. Objetivos como expansão de mercado, crescimento empresarial, fortalecimento do sistema financeiro, investimentos em ações, desenvolvimento tecnológico e aceleração do crescimento movem-se livremente, desafiando governanças nacionais e regionais, que enfrentam uma competitividade em larga escala que destrói setores econômicos locais e altera dinâmicas comerciais.

A ruptura com a ideia de territorialidade e de lugar também resulta na falta de vínculo com a ideia de comunidade, desconsiderando a população local e o meio ambiente. Isso abre caminho para um crescimento sem fronteira física, mas principalmente sem fronteira ética e moral.

Diante desse conjunto de contradições, e provocados pela chamada da Revista PIXO 31, que pauta “Os Desafios para o Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030”, nos colocamos em sintonia para pensar esse paradoxo entre desenvolvimento econômico e equilíbrio ambiental. A editoria desse número da revista nos apresenta uma importante questão posta nessa Agenda: as mudanças climáticas e a ameaça no nível global, mas também com fortes repercussões na escala local que impactam e dificultam as implementações dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). As tragédias climáticas se apresentam como manifestação de Gaia como forma de intrusão, como nos diz Isabelle Stengers, mas em grande parte é resultado de um modelo econômico de exploração do ambiente com foco num progresso a qualquer custo. Portanto, o presente artigo busca refletir sobre o impacto negativo do desenvolvimento urbano orientado pelo capital financeiro e seu impacto no ambiente construído e natural.

Esse processo compromete totalmente a ideia de direito à cidade e à dignidade humana, principalmente no que tange a uma certa harmonia entre ambiente construído e ambiente natural. Segundo Isabelle Stengers em No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima, estamos vivendo

em tempos estranhos, um pouco como se estivéssemos em suspenso entre duas histórias, que falam ambas de um mundo que se tornou “global”: Uma é conhecida de todos. Seu ritmo é marcado pelas notícias do fronte da grande competição mundial, e seu crescimento segue a flecha do tempo. Ela tem a clareza da evidência quanto ao que exige e promove, mas é marcada por uma notável confusão em relação às suas consequências. A outra, em compensação, pode ser

pensada como nítida quanto ao que está acontecendo, mas obscura no que exige, na resposta àquilo que está acontecendo (Stengers, 2015, p. 09).

Ou seja, por um lado, induzidos e seduzidos por um modelo produtivista que impõe um crescimento na lógica do progresso técnico-científico; por outro lado, vivenciando com uma crise climática nas mais diversas manifestações de Gaia, como aquecimento global, derretimento das geleiras, inundações, produzindo impactos significativos e desproporcionais em relação à população expondo suas desigualdades sociais.

Frente à essa problemática, propomos, então, uma análise teórico-reflexiva a partir da lógica econômica vigente, onde tudo é tratado como produto, submetendo-se ao sistema financeiro, bem como seu impacto no território urbano, com base em narrativas de produções audiovisuais documentais: *The Big Short* (dir. Adam McKay, 2015), *Rotten* (prod. ZeroPointZero, 2018) e *Lead Me Home* (dir. Pedro Kos e Jon Shenk, 2021).

Essas produções audiovisuais abordam o impacto financeiro em novas configurações de negócios, que por sua vez afetam, principalmente, a parcela mais vulnerável da sociedade e geram riscos sociais e ambientais. Produzidas entre 2015 e 2021 — período fortemente impactado pela crise financeira de 2007-2008 e pela pandemia de COVID-19 em 2019 —, essas obras expõem a falência de um sistema baseado no crescimento infinito em um planeta finito e reforçam a necessidade de repensar o modelo econômico para atender e priorizar as necessidades humanas e ambientais.

Realizadas em anos diferentes, essas produções exploram escalas distintas do território, cujas consequências se inter-relacionam. Esses processos são frutos de um sistema econômico que prioriza parcerias entre bancos e empresas, avanços tecnológicos, globalização e monopólios comerciais, voltados à maximização de lucros. Esse movimento, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, foi retratado por Bauman ao discutir as consequências da atuação das empresas no “mundo líquido”. Em nome da sobrevivência e competitividade no mercado, elas buscam constante mudança e crescimento, afetando práticas comerciais, explorando trabalhadores, causando degradação ambiental e afetando questões sociais.

Como já exposto, este tema será abordado dentro de um contexto mais amplo, relacionado à crise das dinâmicas do sistema econômico global e às lógicas repetitivas, tratadas como certas e consensuais por aqueles que detêm o capital, mas desconectadas dos verdadeiros impactos sociais, ambientais e econômicos. O impacto humano sobre a paisagem, nas suas diferentes escalas, apresenta problemas cujas ramificações aceleram o esgotamento terrestre, evidenciando a necessidade de mudanças no sistema global para enfrentar esses desafios. O resultado perceptível no ambiente talvez seja o único ponto de união que pode provocar uma compreensão mais ampla dessas consequências.

A lógica global operada pelo sistema capitalista reproduz impactos negativos em diferentes escalas — global, regional e local —, cujas consequências são mais devastadoras dependendo da condição econômica de cada país. Embora os países ricos também enfrentem adversidades devido ao deslocamento global, o sistema colapsa em várias dimensões, demonstrando que as migrações não são causa, mas sim consequência das falhas do sistema.

Para iniciar a discussão sobre a crise sistêmica, a análise parte de um setor fundamental para a sobrevivência humana, que está em constante crescimento e expansão: o setor agroindustrial e a produção alimentícia em escala global, com seus impactos e desafios para o futuro. Uma vez compreendido esse modelo de produção em larga escala,

o artigo traça paralelos com a produção habitacional e a crise do setor de moradia, chegando à realidade dos moradores de rua nas grandes cidades, evidenciando as especificidades do sistema econômico e suas contradições.

No livro *Guerra de Lugares: A Colonização da Terra na Era das Finanças*, Raquel Rolnik analisa as diferentes formas como o setor habitacional foi dominado pelo sistema financeiro, ressaltando o quanto isso impacta negativamente o direito à moradia e ao território urbanizado. A cidade resultante desses processos perpetua uma imagem drástica que molda nosso imaginário coletivo, legitimando a desigualdade e, pior ainda, inviabilizando os excluídos como parte da nossa comunidade.

Em uma sociedade onde as relações humanas são cada vez mais efêmeras e as empresas tendem a maximizar lucros para garantir sobrevivência e competitividade, Bauman alerta que, quando o lucro é o foco, ele prevalece sobre a responsabilidade social e ambiental, tornando-se essencial equilibrar esses três pilares para garantir um futuro sustentável. Nesse sentido, Harvey critica os aspectos perversos do sistema econômico global, cujo crescimento é baseado na exploração e desigualdade. Agravadas pelo capitalismo, as desigualdades econômicas e o poder político resultam em exclusão social, marginalizando grupos inteiros, causando degradação ambiental e impedindo o acesso a recursos básicos. À essas críticas, soma-se o pensamento de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade — discussão vital desde o final dos anos 1960 e que se mantém atual. Lefebvre argumentava que a cidade é um espaço social e político que deve ser construído para garantir o bem-estar de todos os habitantes. Sob essa perspectiva, a desigualdade social e a exclusão urbana representam violações de direitos fundamentais, resultando em fortes impactos no modo como a população se distribui sobre o território e como compõe a paisagem.

Na sequência, serão analisadas diferentes escalas de negócios e suas consequências globais, regionais e locais no sistema urbano e ambiental. As produções culturais serão exploradas dentro dessa mesma lógica de escala, buscando relacionar as temáticas com fatos apresentados e o debate teórico de autores selecionados. Assim, serão expostos argumentos que revelam as complexidades da crise do sistema em múltiplas escalas, fundamentados em fatos documentados.

Crise do sistema na escala global

A crise sistêmica global se reflete em diversas áreas de produção, consumo e ocupação territorial, com impactos diretos sobre a população e a cultura local. Podemos explorar essa questão a partir da série documental *Rotten*, que revela como a lógica financeira transnacional atua sobre os territórios, gerando novas demandas de consumo, esgotamento ambiental e exclusão facilitada por avanços tecnológicos desvinculados de políticas de compensação e/ou reparação. Nosso objetivo é reconhecer os efeitos da concentração de renda em um sistema global aberto, onde a terra é tratada como um investimento desterritorializado, sem compromisso com a comunidade ou com o meio ambiente existente, modificando as dinâmicas de produção local e com repercussão irreversível em relação à constituição de um sistema ambiental equilibrado.

Em 1997, Susan Strange fez uma crítica contundente ao sistema financeiro ao analisar as contradições e fragilidades que ameaçam a estabilidade econômica global. No livro *Casino Capitalism*, a autora argumenta que, desde o final dos anos 1970, o sistema financeiro global se caracteriza por uma lógica especulativa cada vez mais distante da economia real. Para ela, os mercados financeiros e o lucro rápido passaram a dominar a lógica econômica, em detrimento de investimentos em atividades produtivas que poderiam gerar crescimento sustentável. Strange destaca o poder dos atores

financeiros em moldar políticas e prioridades econômicas a seu favor, incentivando lucros de curto prazo em detrimento de estabilidade e crescimento a longo prazo.

A autora compara o sistema econômico a um cassino, um jogo de compra, venda e negociação de produtos que impacta diretamente a vida das pessoas:

Estamos procurando as decisões-chave que alteraram o curso da história econômica mundial nos últimos tempos e que moldaram o desenvolvimento da economia mundial e determinaram mudanças nos custos e benefícios, nos lucros e perdas, nos riscos e oportunidades entre as nações, classes e outros grupos sociais. Mas é importante, ser claro sobre o que queremos, ter uma decisão-chave para saber o que devemos procurar e incluir (Livre tradução) (Strange, 2016, p. 21).

Em 2015, Saskia Sassen explorou como o sistema financeiro contribui para a crise social ao apontar que o melhor período do Estado Liberal ficou no passado, quando havia um esforço para fortalecer a classe média trabalhadora e produtores e consumidores eram considerados elementos essenciais do sistema. No século XXI, a redistribuição do capital entre trabalho e produção entrou em colapso, com o lucro sendo a prioridade. Sassen argumenta que essa desconexão entre o sistema econômico e as necessidades reais exige um novo modelo que inclua a maioria da população, cada vez mais excluída do sistema global.

No livro *Expulsões: Brutalidade e Complexidade na Economia Global*, Sassen aborda o papel do capital financeiro na construção das cidades. Questões urbanas, como a gentrificação, representam apenas a face visível de um sistema que exclui os vulneráveis, expulsando-os como se não pertencessem a lugar algum. Esse fenômeno de expulsão também se manifesta em crises migratórias, políticas de encarceramento em massa, falta de acesso à educação e ao emprego, criando uma massa de pessoas fora do sistema. Sassen destaca a necessidade de ultrapassar a lógica da exclusão e desigualdade, pois o fracasso em redirecionar essa dinâmica ameaça a estabilidade social e o próprio conceito de democracia.

A série *Rotten*, produzida em 2018, permite ampliar nossa análise desse fenômeno global. A série aborda questões que afetam produtos alimentares essenciais e expõe a exploração de territórios pobres que esgotam seus recursos ambientais em prol de soluções imediatistas, como a extração de água de fontes naturais para a produção e exportação de água engarrafada. A série mostra ainda como a produção em escala industrial se torna o foco das empresas, muitas vezes de forma insustentável, prejudicando o meio ambiente e comprometendo a qualidade dos produtos, afetando produtores e consumidores — os elos mais frágeis desse jogo.

Esse cenário reflete a preocupação de Sassen com a financeirização das cidades, onde o capital financeiro busca lucro por meio da especulação imobiliária e da valorização de propriedades. Esse processo leva à transformação de áreas urbanas antes ocupadas por pessoas de baixa renda em áreas voltadas para classes médias e altas. O capital financeiro, por sua vez, promove a privatização de espaços públicos, limitando o acesso dos moradores da cidade e prejudicando a qualidade de vida e a coesão social.

Raquel Rolnik e Saskia Sassen alertam que a lógica financeira global privilegia grandes investimentos imobiliários, transformando dinâmicas locais em prol da produção habitacional em larga escala. Nessa lógica, tudo se torna um produto, e surgem mecanismos de valorização que maximizam o lucro. No setor habitacional, isso afeta

diretamente a moradia social, onde a produção em escala prioriza locais periféricos, materiais de baixo custo e técnicas de construção rápidas, mas de baixa durabilidade — fatores que comprometem a qualidade de vida e a permanência dos moradores.

A lógica de obsolescência programada, comum no capitalismo, não deveria permear setores essenciais, como a habitação. A localização precária, aliada à falta de acesso ao trabalho e educação, contribui para o abandono e o desinteresse dos moradores. Esses desafios nos convidam a repensar a lógica financeira em todas as suas escalas e formas de atuação, na busca de um sistema que realmente contemple e proteja os principais atores sociais: produtores e consumidores. E principalmente, nos obrigar a pensar qual é o custo social não só para quem vive o impacto ambiental, mas para as futuras gerações que terão que lidar com essas tragédias climáticas intensificadas por esse modelo neoliberal de exploração da natureza.

Crise do sistema na escala regional

Na escala regional, é possível observar os aspectos do sistema econômico que revelam suas principais deficiências e seus impactos negativos sobre o meio ambiente e a sociedade. A terra, além de ser valorizada pela localização, também é influenciada pela “embalagem” construída pelo setor de marketing. Quando essa valorização é limitada, como no caso da habitação social, o foco tende a ser a produção em massa. Esse sistema impacta a paisagem urbana, pois ocupa grandes áreas com construções repetitivas e desconectadas do contexto local, justificadas pela busca incessante por lucro.

Em cenários econômicos diversos, a lógica do lucro se adapta para maximizar a valorização de produtos, mesmo quando são periféricos, transformando-os em “grife” ou aplicando padrões construtivos padronizados em larga escala. Em ambos os casos, o objetivo é elevar o valor de venda e reduzir riscos, vinculando os compradores a sistemas de hipoteca que ampliam os ganhos dos investidores por meio dos juros, que aumentam com o tempo de parcelamento. Esse sistema, especialmente no Brasil, funciona dentro de uma economia instável, onde o ônus é direcionado aos mais vulneráveis enquanto protege o capital dos grandes investidores.

Há uma mesma dinâmica que se repete, a viabilização de moradia social, de custo acessível, somente em áreas periféricas, ampliando cada vez mais o limite urbanizado e diminuindo os cinturões verdes das cidades, ocasionando, em alguns casos, conurbação urbana. Além do impacto ambiental esta lógica resulta em maiores riscos de vulnerabilidade social e em uma cidade mais onerosa, se soma ao custo de implantação o valor de manutenção das novas infraestruturas, sem resolver, e até ampliando, as mazelas sociais e ambientais.

O filme *The Big Short* retrata o colapso causado pela crise financeira de 2008 e seu impacto direto no setor imobiliário, especialmente para aqueles que viam no financiamento uma oportunidade de conquistar o primeiro imóvel. Embora grandes empresas e bancos também tenham sido afetados, seu acesso a compensações e isenções financeiras minimizou suas perdas. O filme ilustra como a especulação e a lógica financeira prejudicam aqueles sem grandes reservas de capital ou poder político.

Seguindo a linha de Susan Strange, Eduardo Moreira questiona o sistema econômico atual e sua contribuição para as desigualdades sociais. Ele argumenta que o dinheiro não é riqueza em si, mas apenas um meio para acessá-la, e critica a visão financeira que valoriza mais o capital especulativo do que a verdadeira riqueza — terra, imóveis e meios de produção. Em *Desigualdades & Caminhos para uma Sociedade Mais Justa*,

Moreira defende que a concentração excessiva de terras e meios de produção em mãos privadas amplia as desigualdades, dando a poucas empresas o controle sobre os recursos e limitando o acesso da população.

No contexto brasileiro, Raquel Rolnik analisa o impacto das forças econômicas sobre a moradia, abordando a mercantilização da habitação como um processo que muitas vezes desconsidera as necessidades das famílias de baixa renda. Em grandes centros urbanos, projetos habitacionais em massa frequentemente situam-se em áreas periféricas pouco urbanizadas, onde os custos de infraestrutura são elevados e o direito pleno à cidade é comprometido. Para Rolnik, o acesso à moradia urbana implica acesso a ensino de qualidade, emprego, saúde e lazer, direitos muitas vezes ignorados pelo setor financeiro.

Rolnik argumenta que a mercantilização da moradia transformou esse bem básico em um ativo financeiro, desconectando-o de seu valor social. Segundo ela, o setor financeiro utiliza a moradia como reserva de valor, vinculando famílias e indivíduos a um sistema financeiro dominado por bancos, fundos de pensão e outros atores de capital, o que interfere na economia e nas políticas habitacionais. Essa mercantilização acentua a fragmentação das cidades, ao priorizar empreendimentos de grande porte que favorecem a especulação imobiliária.

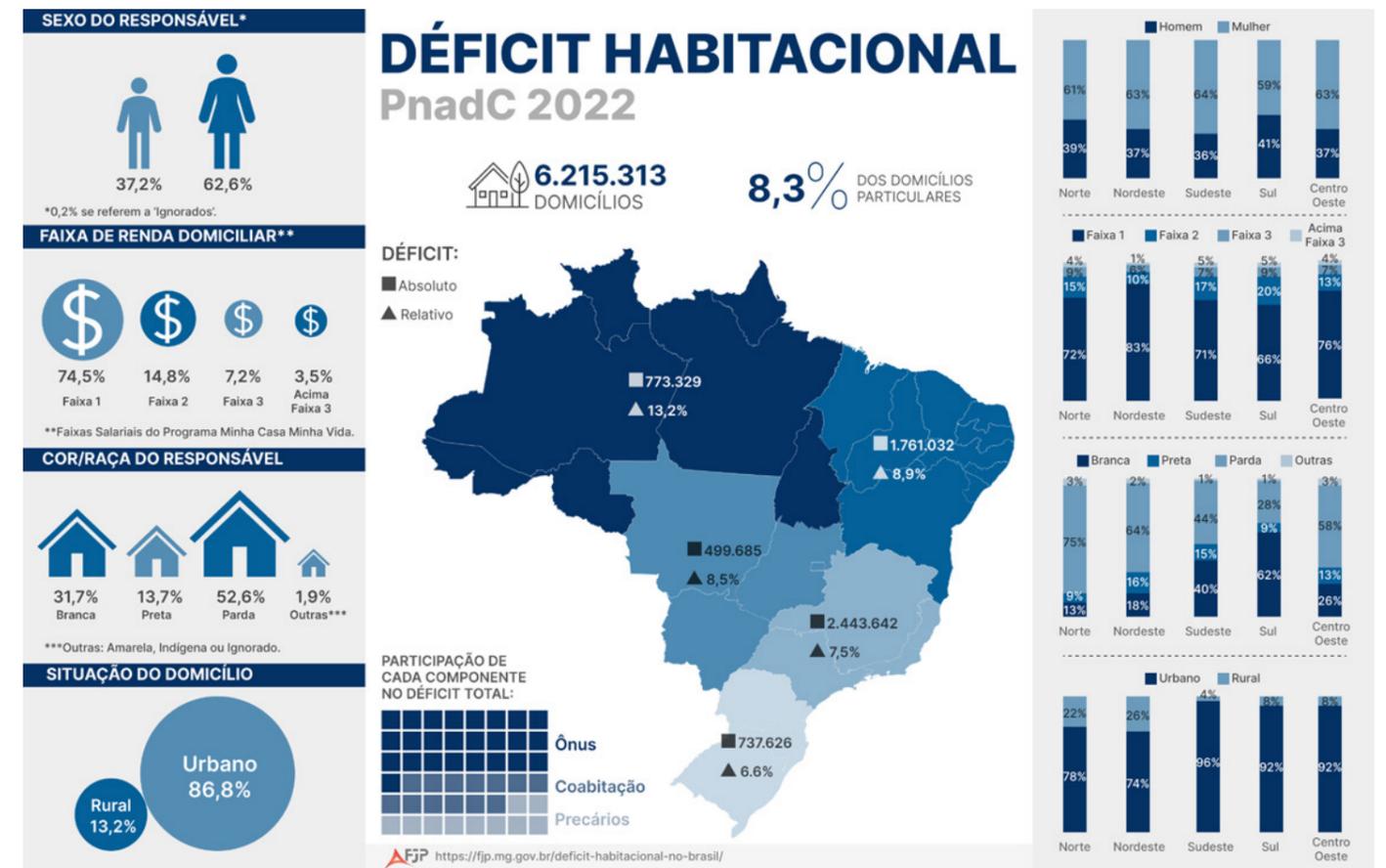
The Big Short, baseado no livro de Michael Lewis, revela como a ganância e a busca pelo lucro máximo transformaram o mercado imobiliário em um campo especulativo, onde poucos investidores com reservas de capital puderam lucrar ao apostar contra o mercado de hipotecas. Esse jogo financeiro, que envolveu empréstimos de alto risco (subprime) e títulos agrupados e vendidos globalmente, funcionou até que os compradores perderam a capacidade de pagar suas hipotecas, levando ao colapso dos títulos imobiliários.

A bolha imobiliária de 2008 foi uma lição sobre a necessidade de regulamentar o sistema financeiro imobiliário. Embora o mercado tenha se recuperado, o impacto na vida de milhares de famílias permanece evidente, com grandes empresas se adaptando rapidamente enquanto a população mais vulnerável ainda enfrenta as consequências. A crise revelou o lado sombrio da especulação financeira e reforçou o alerta de Rolnik sobre os perigos de transformar a moradia em um ativo financeiro, pois isso afeta diretamente o direito à cidade e o acesso a um bem social essencial.

A crise global de 2008 mostrou que o capitalismo pode moldar o setor imobiliário para tornar a moradia um mero elemento de mercado, onde a acessibilidade é condicionada ao capital e o financiamento é uma forma de reproduzir o capital, sem o objetivo de atender às necessidades habitacionais. Essa lógica transforma a moradia em capital fixo, um meio de gerar valor especulativo, ignorando seu papel social de abrigo, segurança e inclusão.

Crise do Sistema na Escala Local

Na escala local, especialmente nas grandes capitais, observa-se cada vez mais a exclusão de uma parcela significativa da sociedade do direito à moradia e ao acesso à cidade, sendo obrigadas a ocupar áreas periféricas e de grande risco ambiental. O número de pessoas em situação de rua e vivendo em albergues vem aumentando, e esse grupo já não se restringe a indivíduos com histórico de dependência química, doenças ou outras vulnerabilidades. Atualmente, são famílias inteiras e até pessoas empregadas que, apesar de trabalharem, não conseguem viver dignamente nos centros urbanos devido ao custo de vida elevado. Muitos trabalhadores essenciais acabam



excluídos das áreas centrais da cidade, pois seus rendimentos são direcionados a necessidades básicas como alimentação e educação, tornando o custo da habitação impraticável.

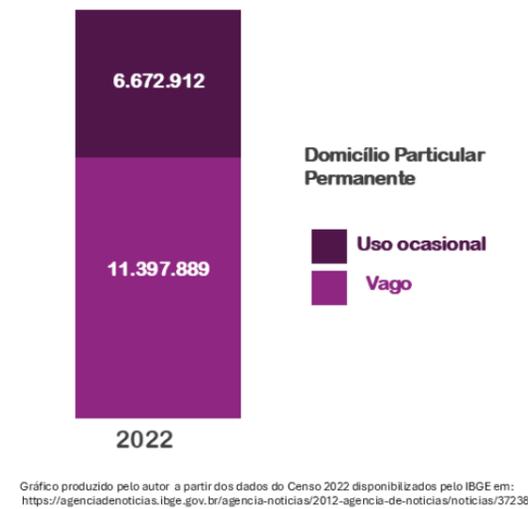
O documentário Lead Me Home, por exemplo, retrata o fenômeno crescente da exclusão social em cidades norte-americanas. Ele denuncia como a valorização do solo urbano afasta trabalhadores dos centros das cidades, onde moradia acessível se torna economicamente inviável, seja pelo custo de compra, de aluguel ou pelas dificuldades no transporte. Esse processo de exclusão urbana não é novo nas cidades brasileiras, onde há mais de cinco décadas é realidade na forma de ocupações irregulares.

Em metrópoles brasileiras, a superpopulação de favelas centrais e o esvaziamento de áreas formais ilustram a complexidade do problema, expondo a vulnerabilidade de áreas de grande risco ambientais. Dados do Censo de 2022 e estudos da Fundação João Pinheiro (FJP), em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades mostram o paradoxo entre o déficit habitacional de mais de 6,2 milhões de moradias e a existência de quase 11,4 milhões de imóveis vagos no país. Essa desproporção evidencia que o mercado imobiliário brasileiro acumula imóveis sem atender à necessidade habitacional real, enquanto o número de pessoas vivendo nas ruas cresce e se intensificam os problemas associados, como o uso de drogas e a violência.

Figura 1 - Déficit Habitacional (PnadC 2022). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1wwzDzhQUxuhA5mXNLGM20cZlBqM2en6t/view>. Acessado em novembro de 2024

Figura 2 - Total de Domicílios não ocupados no Brasil (Censo 2022).
Fonte: Cibele Figueira, 2024.

TOTAL DE DOMICÍLIOS NÃO OCUPADOS NO BRASIL Censo 2022



Kate Raworth, em seu livro *Economia Donut*, critica o modelo econômico global focado no crescimento infinito em um planeta finito. Ela propõe uma economia que atenda às necessidades humanas dentro dos limites ecológicos do planeta. O gráfico em forma de “donut” de Raworth sugere um modelo que busca equilibrar o bem-estar social com o respeito aos limites ambientais. Ela argumenta que, abaixo do alicerce social, encontram-se déficits de bem-estar humano, enquanto além do teto ecológico, a exploração excessiva compromete os sistemas vitais da Terra. Entre esses limites existe um espaço ideal, ao mesmo tempo seguro ecologicamente e justo socialmente. Propõe uma mudança na lógica da economia em flecha ascendente, propondo outra forma de ação na reorganização e redistribuição baseada em limites sociais e ambientais.

O Donut: uma bússola para o século XXI. Entre seu alicerce social de bem-estar humano e o teto ecológico da pressão planetária encontra-se o espaço seguro e justo para a humanidade (Raworth, 2019, p.55).

O anel interno do Donut estabelece os elementos básicos da vida: alimento suficiente; água potável e saneamento adequados; acesso a energia e instalações limpas para cozinhar; acesso a educação e assistência médica; habitação digna; uma renda mínima e trabalho decente; e acesso a redes de informação e a redes de apoio social.

No Brasil, o livro *A Elite do Atraso*, de Jessé Souza, expande essa discussão, analisando como as elites locais perpetuam a desigualdade social e o atraso do país. Souza argumenta que a elite brasileira, com uma mentalidade colonizadora, busca imitar padrões estrangeiros em detrimento das necessidades locais, implementando políticas públicas que favorecem uma pequena parcela da população, enquanto a maioria continua sem acesso a serviços básicos como saúde e educação. Para ele, o discurso de meritocracia mascara as barreiras estruturais que perpetuam desigualdades e sustentam o poder das elites, que evitam mudanças sociais que ameaçariam seus privilégios.



Figura 3 - The Doughnut of social and planetary boundaries (2017).
Disponível em: <https://www.kateraworth.com/doughnut> - acessado em abril de 2023.

Lead Me Home, mostra essa realidade com cenas da vida de pessoas em situação de rua em cidades como Los Angeles, Seattle e São Francisco, entre 2017 e 2020. O documentário denuncia a exclusão de trabalhadores que, mesmo em uma das maiores economias do mundo, vivem sem condições dignas de moradia. A questão central é: quais perspectivas são oferecidas para esses trabalhadores que, apesar de ocuparem funções essenciais, não conseguem arcar com os custos habitacionais ou de transporte para viver nas cidades?

A realidade brasileira revela vulnerabilidades adicionais, como o aumento do uso de drogas, a violência urbana e diversos problemas de saúde. A recuperação de pessoas em situação de rua, sobretudo com dependência de substâncias, é especialmente desafiadora devido ao alto custo de programas de tratamento e à taxa de reincidência. A condição de rua, somada à dificuldade de reintegração social, perpetua um ciclo de marginalização.

As cidades, por meio de seus espaços públicos como ruas e praças, deveriam ser locais de convivência e proximidade entre diferentes grupos sociais. No entanto, o sistema atual gera distanciamento e desumanização, com um crescimento de condomínios fechados e áreas muradas que afastam ainda mais a população vulnerável. Esse fenômeno reflete o impacto da concentração de riqueza e do controle das políticas públicas por uma elite que prioriza a acumulação de capital, afastando os cidadãos mais carentes de serviços essenciais e do direito à cidade.

Essa exclusão crescente é uma realidade enraizada na cultura urbana contemporânea, onde os detentores do capital e do poder político influenciam as decisões que moldam as cidades e perpetuam a desigualdade. A moradia digna e o acesso ao espaço urbano são cada vez mais inalcançáveis para uma parcela significativa da população, representando uma crise que vai além de questões econômicas, envolvendo o direito à cidadania e à dignidade.

O encontro das escalas

Este artigo buscou pensar a produção do espaço em relação aos limites ambientais a partir da análise de produções culturais que refletem o impacto do sistema econômico no desenvolvimento urbano e ambiental. Através desse material, foi possível observar como questões centrais – como o valor do solo, a relação entre produção e consumo, o direito à cidade e o esgotamento dos sistemas ambientais naturais e sociais – se desdobram de maneira semelhante em países ricos e em desenvolvimento. Cada obra, em sua especificidade, destacou as discrepâncias entre as necessidades reais da população e o que é efetivamente produzido pelo sistema econômico, revelando um pano de fundo comum: o questionamento das consequências ambientais e sociais do sistema vigente.

Para organizar essas reflexões, desenvolveu-se um quadro que reúne os temas principais encontrados nas diferentes escalas das produções culturais. Esse quadro foi essencial para identificar e sistematizar elementos que caracterizam a crise sistêmica discutida ao longo do texto. A tabela resultante permitiu não apenas a visualização, mas também a análise das relações entre as teorias abordadas e os impactos sociais, econômicos e ambientais representados nas produções audiovisuais. Assim, foi possível concluir que esses efeitos interligam e fortalecem a compreensão das crises urbanas e ambientais geradas pelo sistema econômico em diferentes contextos.

	Crise do Sistema	Autores	Impacto Social	Impacto Econômico	Impacto Ambiental
ROTTEN	Abertura do capitalismo global afeta governanças locais. Terra enquanto produto passa a ser consumido e não ter compromisso com nacionalidade ou territorialidade	Susan Strange Sistema financeiro se transforma em jogo de apostas. Saskia Sassen Expulsão gerada pela entrada de transações econômicas internacionais.	Grandes empresas alteram a lógica dos negócios locais tornando impossível competir com a produção em grande escala. Perda de emprego e grandes prejuízos sociais resultam deste processo.	Detentores de capital utilizam da sua força para retirar o máximo proveito local. Interferem na regulação e tecnologias para proveito próprio. Uma vez esgotado o sistema, focam em outro ponto mais rentável.	Esgotamento dos recursos naturais e poucas compensações para reparar os danos causados. O ciclo se repete sem maiores consequências para aqueles que atendem as "necessidades" do mercado global.
A GRANDE APOSTA	Transformação da moradia em capital de investimento. Especulação de imóveis como ativos financeiros. Valorização do solo pela localização. Imóveis passam a ser produzidos em escala dentro de áreas urbanas. Ampliação de investimentos pelo sistema de financeirização.	Raquel Rolnik Moradia é um bem básico que não pode ser transformado em produto. Riscos da financeirização. Eduardo Moreira O sistema financeiro não atende à comunidade. O maior problema do mundo é a desigualdade. Deve-se buscar soluções locais voltando à origem da ideia de comunidade.	A parte da população que está fora do jogo financeiro acaba sendo inserida pelo financiamento hipotecário que dá ilusão de facilitar acesso. O sistema econômico é inconstante e só pode ser operado por aqueles que possuem maior potencial de capital acumulado para superar as crises.	Setor da construção como grande gerador de ativos financeiros. Desconexão entre necessidades reais da sociedade e produção da cidade. Grande crescimento do PIB sem relações reais de ganhos para população local, nem a nível financeiro nem a nível material.	Parte significativa da produção habitacional é feita nas regiões periféricas onde é possível o acesso aos imóveis que atendem a capacidade de compra. Amplia-se a pegada urbana sem uma maior justificativa do que a busca pelo melhor valor do solo.

ONDE EU MORO	Sistema focado no valor econômico segrega parte da classe trabalhadora que não consegue ter condições mínimas de acesso a cidade optando por viver de forma nômade, na rua, em albergues e aluguel. O solo passa a ter um valor totalmente inacessível àqueles que trabalham para o funcionamento da cidade. Novas tecnologias afetam o uso dos imóveis centrais. Mobilidade é mais cara em áreas suburbanas, afetando trabalhadores que necessitam morar próximo ao trabalho.	Jessé Souza Parte da sociedade está eternamente fora do sistema. Relação de questões econômicas, sociais e culturais. Kate Raworth Necessidade de mudar a lógica para garantir a base social e o teto ecológico para sustentabilidade.	Não ter acesso a moradia afeta várias outras camadas da vida humana. A falta de acesso as necessidades básicas resultam em uma legião de excluídos que se refugiam em drogas, caem em depressão e perdem as relações familiares. Há um custo grande para a recuperação da população carente e nas causas resultantes como saúde, tratamento, reinserção, etc.	Se por um lado novas dinâmicas financeiras podem incentivar o turismo e grandes investimentos imobiliários nos centros urbanos, há um preço alto a se pagar por não atender os prestadores de serviços básicos. No caso de investimentos como Minha Casa Minha Vida a construção em áreas suburbanas não atendeu as necessidades de seus moradores que novamente retornam para o centro das cidades e seguem ocupando de forma irregular o solo urbano sem interesse imobiliário , em geral as áreas de proteção ambiental.
---------------------	--	---	--	--

Considerações finais

Susan Strange, no final dos anos 80, advertiu sobre os riscos da interdependência econômica e da influência dos mercados financeiros internacionais sobre as políticas nacionais, prevendo que crises econômicas se espalhariam rapidamente pelo mundo, com graves consequências ambientais. Hoje, além disso, observa-se a criação de problemas similares de exclusão e segregação social em vários países, incluindo economias desenvolvidas, onde os riscos de desastres ambientais já estão em toda parte do planeta. A globalização, ao mesmo tempo em que facilita trocas econômicas, também reforça um sistema de exclusão que marginaliza uma parte significativa da população, especialmente em grandes centros urbanos onde a vida se torna financeiramente inviável para muitos. Os efeitos desse sistema econômico cada vez mais se apresentam nas tragédias climáticas.

Essa perda de controle dos governos sobre suas próprias políticas econômicas e a incapacidade de abordar questões sociais e ambientais indicam um direcionamento problemático. A proposta deste artigo é ressaltar a noção de uma crise sistêmica em que o cuidado com o ambiente natural não é uma questão à parte do processo de produção do espaço. A fragmentação das instituições e a necessidade de focar em temas específicos obscurecem a visão ampla dos problemas, dificultando a percepção de que, embora as causas sejam complexas, suas consequências negativas convergem para o mesmo ponto: impactos sociais, econômicos e ambientais. Transformações estruturais nos modos de produção e consumo são necessárias, visando uma redistribuição mais justa da riqueza e um foco no que realmente importa, como as necessidades fundamentais de uma sociedade.

A lógica de um sistema financeiro voltado para o lucro a qualquer custo acentua desigualdades, beneficiando aqueles que controlam as regras e perpetuando a exclusão social. A exclusão da força de trabalho das decisões sobre questões básicas como moradia e o uso do capital excedente é parte de um sistema que não atende às necessidades de seus cidadãos. Autores como Raworth e Moreira propõem novas abordagens econômicas que desafiam essa lógica e apontam para alternativas viáveis. Para Eduardo Moreira, a desigualdade é o maior problema contemporâneo, especialmente no Brasil, onde a urgência por ações para mitigar essa disparidade é evidente. Como ele aponta, a confusão entre riqueza e dinheiro é uma distorção que favorece a acumulação financeira e desvia o sistema de seu propósito real: o bem-estar coletivo.

Essa visão é compartilhada por Saskia Sassen, que alerta para a "formação predatória" promovida por uma combinação de elites e forças sistêmicas, impulsionadas pelo mercado financeiro. Sassen também evidencia o risco de perda de soberania sobre os próprios territórios devido ao aumento da propriedade estrangeira. Em um

sistema assim, Jessé Souza sugere uma reflexão profunda sobre o papel do Estado e da sociedade, defendendo uma transformação cultural e social que possibilite um ambiente mais justo e inclusivo.

Seguir na mesma trajetória econômica hierárquica implica não apenas em maior segregação social, mas também na perda de capital humano. Este sistema perpetua uma realidade em que muitos indivíduos, presos em necessidades básicas, não têm a oportunidade de desenvolver seu potencial e contribuir criativamente para a sociedade. Em paralelo, a lógica do “produzir por produzir” também esgota recursos naturais, desperdiçando tanto o meio ambiente quanto o potencial humano.

Esta análise procurou articular produções audiovisuais com diferentes escalas de discussão para pensar a crise urbana como parte de uma crise sistêmica que atinge particularmente de modo irreversível o ambiente natural com consequências graves expressa nas paisagens urbanas e naturais. Entender essa crise sistêmica é o primeiro passo para perceber a urgência de novos modelos econômicos que priorizem a cooperação, o respeito ao meio ambiente e a valorização dos indivíduos. Para o urbanismo, é essencial lutar por políticas de redistribuição de renda, acesso ao trabalho, moradia e educação, considerando uma mobilidade urbana sustentável que não onere financeiramente nem comprometa a qualidade de vida dos cidadãos.

No Brasil, segundo o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas da População em Situação de Rua, somente na cidade de São Paulo, 80.369 pessoas vivem nas ruas em 2024, um reflexo claro desse esgotamento do sistema. Em relação à habitação, Raquel Rolnik aponta a importância de novos modelos, como cooperativas autogeridas e a reforma fundiária, que promovam a segurança da posse e permitam acesso a financiamentos habitacionais para a população de baixa renda. Rolnik critica o foco do mercado imobiliário em imóveis de alto valor e a criação de uma “bolha” que beneficia especuladores enquanto exclui grande parte da população da possibilidade de adquirir uma moradia digna.

A partir das complexidades abordadas, a grande questão é: como enfrentar essa realidade? É essencial sensibilizar a sociedade para refletir sobre o propósito de um crescimento econômico que exclui, desumaniza e, ainda, destrói nosso patrimônio ambiental. O caminho a seguir deve priorizar um desenvolvimento que promova parcerias e cooperação, reconhecendo cada indivíduo como parte fundamental de um sistema que, se for justo e inclusivo, beneficiará a todos.

Referências

BAUMANN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit Habitacional no Brasil*. Infográfico Déficit Habitacional Total Brasil e Regiões, Belo Horizonte, 2022. Acessado em 07 nov. 2024. Online. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>

HARVEY, David. *Cidades rebeldes, do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. *País tem 90 milhões de domicílios, 34% a mais que em 2010*. Agência Notícias, Rio de Janeiro, 27 out. 2023. Acessado em 07 nov. 2024. Online. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37238-pais-tem-90-milhoes-de-domicilios-34-a-mais-que-em-2010>

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MOREIRA, Eduardo. *Desigualdades e caminhos para uma sociedade mais justa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

ROLNIK, Raquel. *Guerra de Lugares. A colonização da terra na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global: Brutalidade e complexidade na economia global*. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato*. São Paulo: LeYa Editorial, 2017.

STRANGE, Susan. *Casino Capitalism*. Manchester: University Press, 2016.

RAWORTH, Kate. *Economia Donut: Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2019.